



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COORDENAÇÃO GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE LICITAÇÕES  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

**Processo nº 23000.006495/2019-02**

**Assunto: Impugnação ao Edital - Pregão Eletrônico nº 3/2020 - Esta impugnação se refere ao Edital republicado em 24.3.2020.**

Trata-se de peça impugnatória impetrada pela empresa CLARO S/A, doravante denominada IMPUGNANTE, a qual apresentou em 31/3/2020, por e-mail, impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 3/2020, cujo objeto é “Contratação de empresa de telecomunicações especializada em serviços de transmissão de voz para prestação do Serviço Telefônico Fixo e Móvel Comutado (STFC), para Serviços de Recepção de Ligações na Modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG), utilizando o prefixo 0800, no sistema de tarifação reversa (tarifação no destino), originada de telefones fixos e Móveis de todo o território nacional, e de Serviços de Discagem de Ligações, no sistema de tarifação na origem, no que tange às chamadas ativas, de ligações telefônicas locais e de Longa Distância Nacional (LDN) para telefones fixos e móveis, de todo o território nacional, destinadas à CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (*Contact Center*) do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e de suas AUTARQUIAS, que poderá ser em qualquer capital ou sua região metropolitana, conforme quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento.”

## **1. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Assim argumenta, resumidamente, a impugnante:

### **ARGUMENTO 1**

“Ao observarmos os dizeres do Edital bem como as especificações técnicas exigidas para prestação do objeto contratual, não encontramos o local exato de instalação. A informação trazida é de que poderá ser em qualquer capital. Ocorre que por uma questão de viabilidade técnica, é importante e imprescindível que a informação esteja definida. As operadoras não podem correr o risco de não atenderem à localidade e sofrerem uma futura inexecução contratual por uma informação que não está presente em momento prévio à contratação.”

## ARGUMENTO 2

“O Termo de Referência traz a exigência de apresentação de cópia de contrato para comprovação de legitimidade de atestados. Ocorre que tal exigência não se alinha com os ditames legais e recentes entendimentos jurisprudenciais.”

## 2. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

No intuito de subsidiar a análise dos argumentos, esta Pregoeira encaminhou a peça impugnatória à área técnica deste Ministério, a qual se posicionou da seguinte forma:

“(…)

A contratação ora pretendida visa o atendimento das ligações direcionadas para o serviço de atendimento 0800 do Ministério da Educação e suas Autarquias. Por haver interdependência entre esta contratação e a de serviço de *Contact Center*, atualmente homologada, não há como estabelecer a localidade específica da prestação de serviço, pois conforme previsto na contratação e pela especificidade das atividades o serviço pode ser realizado em qualquer região do país.

Vale esclarecer, que há interdependência nesta e na contratação de *Contact Center*, atualmente Homologada, na previsão do serviço de *contact center* não há restrição de localidade para funcionamento, no entanto, na busca de mitigar os risco desta contratação há a previsão que seja instalado em qualquer capital do território nacional ou suas regiões metropolitanas.

Considerando a possibilidade de findagem da contratação homologada (*Contact Center*) ou alguma ação que determine a rescisão e posterior chamamento de remanescente, a determinação de algum local específico inviabilizaria a contratação do 0800. Por isso a previsão que seja instalado em qualquer capital do território nacional ou suas regiões metropolitanas.

A título de informação, cita-se que a empresa vencedora e homologada do processo licitatório possui sites nas seguintes localidades: nas cidades de Boa Vista (RR); de Brasília (DF), de São Paulo (SP) e de Salvador (BA). Ressalta-se ainda que todos os feixes E1's serão instalados em localização única.”

“(…)

Sendo assim não prospera a alegação que a licitação ora em curso está com exigências excessivas ou excludentes, o item ainda expõe que, **caso o Ministério da Educação julgue necessário**, o que aduz a características de diligência, pois não está obrigando em um primeiro momento e sim estando expresso dúvida por parte do pregoeiro, que a licitante comprove.”

Tendo em vista que a área técnica justificou a impossibilidade de indicar neste momento a listagem informando os novos possíveis locais de instalação e que a apresentação de documentos complementares será exigida apenas caso haja necessidade de realização de diligências, esta Pregoeira constata que não merecem prosperar os argumentos da impugnante.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Pregoeira decide ratificar a análise realizada pela área técnica deste Ministério. Sendo assim, acolho integralmente os argumentos da IMPUGNANTE, por serem tempestivos, porém, no mérito, julgo serem eles IMPROCEDENTES, conforme análise exposta acima.

Brasília, 14 de abril de 2020.

TELIANA MARIA LOPES BEZERRA  
Pregoeira